

Raquel Nascimento Matheus

Representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade

Uberlândia

2025

Raquel Nascimento Matheus

Representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao

curso de Psicologia da Universidade Federal de

Uberlândia como requisito parcial para obtenção do

título de psicóloga.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke

Uberlândia

2025

Raquel Nascimento Matheus

Representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia
Orientador: João Fernando Rech Wachelke

Banca Examinadora

Uberlândia, 22 de abril de 2025

Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Me. Rodrigo Prado Pereira

Universidade Tuiuti do Paraná – Curitiba, PR

Uberlândia

2025

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade, a partir da Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici. Para isso, foram selecionados e analisados quatro estudos acadêmicos recentes que abordam o tema sob diferentes perspectivas: mídia, educação, saúde e vivências subjetivas. Os resultados evidenciam que a sexualidade da pessoa com deficiência ainda é marcada por estereótipos históricos como a assexualidade, a infantilização e a negação do desejo. Tais representações são reforçadas por discursos midiáticos, familiares e institucionais, limitando a autonomia e os direitos dessas pessoas. No entanto, os estudos também revelam movimentos de resistência e ressignificação simbólica por parte dos próprios sujeitos com deficiência, que desafiam os discursos normativos e constroem novas formas de vivenciar sua sexualidade. Conclui-se que compreender e desconstruir essas representações sociais é fundamental para promover práticas inclusivas e políticas públicas que reconheçam as pessoas com deficiência como sujeitos plenos de desejo, afeto e direitos.

Palavras-chave: Deficiência; Sexualidade; Representações sociais.

Abstract

This undergraduate thesis aims to analyze the social representations of people with disabilities within the field of sexuality, based on the Theory of Social Representations developed by Serge Moscovici. Four recent academic studies were selected and analyzed, addressing the topic from various perspectives: media, education, healthcare, and subjective experiences. The findings reveal that the sexuality of people with disabilities is still shaped by historical stereotypes such as asexuality, infantilization, and denial of desire. These representations are reinforced by media, family, and institutional discourses, limiting the autonomy and rights of these individuals. However, the studies also highlight resistance and symbolic re-signification

movements initiated by people with disabilities themselves, challenging normative discourses and constructing new ways of experiencing their sexuality. The study concludes that understanding and deconstructing these social representations is essential to promoting inclusive practices and public policies that recognize people with disabilities as full subjects of desire, affection, and rights.

Keywords: Disability; Sexuality; Social representations.

Introdução

A deficiência, ao longo da história, foi alvo de construções sociais que a associaram à marginalização, à exclusão e à idealização. Tais representações ainda moldam práticas e discursos contemporâneos, especialmente no que tange à sexualidade das pessoas com deficiência. Conforme apontam Diniz (2007) e Omote (2004), a sexualidade nesse contexto permanece silenciada, permeada por mitos e estereótipos que invisibilizam os desejos e direitos dessa população.

Historicamente, a trajetória da deficiência revela mudanças de paradigmas: da exclusão nas sociedades antigas, à patologização com a medicina moderna, até a emergência recente de uma perspectiva baseada em direitos humanos. De acordo com Diniz (2007) e Maia (2020), na Antiguidade e Idade Média, pessoas com deficiência eram marginalizadas e submetidas à exclusão ou assistencialismo. Já com o surgimento da medicina moderna, instaurou-se um modelo biomédico centrado na reabilitação e na normalização dos corpos. Somente a partir das lutas dos movimentos sociais no século XX é que o modelo social da deficiência ganhou força, defendendo que a deficiência resulta da interação entre impedimentos corporais e barreiras sociais, arquitetônicas e atitudinais (Sassaki, 2003).

A Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2004), constitui um marco teórico fundamental para compreender como os imaginários coletivos estruturam percepções sociais, orientam práticas e legitimam normas sociais. Para Moscovici, as representações sociais são formas de conhecimento socialmente construídas, compartilhadas e transmitidas entre os membros de um grupo, funcionando como instrumentos que organizam o saber e ancoram novas informações em conteúdos já existentes. Esses processos emergem da necessidade humana de interpretar o mundo social, transformando o desconhecido em algo familiar por meio dos mecanismos de ancoragem e objetivação. Enquanto a ancoragem permite

integrar o novo a esquemas prévios de entendimento, a objetivação materializa conceitos abstratos em imagens concretas, tornando-os acessíveis no cotidiano (Moscovici, 2004).

Ampliando essa perspectiva, Jodelet (2001) ressalta que as representações sociais não apenas refletem a realidade, mas também a constroem e transformam ativamente. Elas moldam identidades, organizam experiências e regulam relações sociais, funcionando como instrumentos de produção e reprodução de sentidos coletivos. Esse caráter dinâmico evidencia que as representações se modificam conforme os contextos históricos, as relações sociais e os conflitos entre diferentes grupos, tornando-se, portanto, espaços de disputa simbólica e de exercício de poder. Assim, investigar representações sociais implica compreender como sistemas simbólicos estruturam tanto as práticas sociais quanto as relações de dominação e resistência que atravessam a vida coletiva (Jodelet, 2001; Sá, 1996; Arruda, 2002).

No campo específico da deficiência, as representações sociais historicamente associaram o corpo deficiente a concepções assistencialistas, estigmatizantes e patologizantes (Goffman, 1988). Essas construções, longe de serem neutras, sustentam a imagem da pessoa com deficiência como ser dependente, limitado e socialmente marginalizado. Quando se trata da sexualidade, esses estereótipos se agravam ainda mais: o corpo deficiente é frequentemente vinculado à assexualidade, infantilização e incapacidade afetiva, o que contribui para negar a essas pessoas a autonomia sobre seus próprios corpos e a possibilidade de exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos (Sassaki, 2003).

Esses saberes compartilhados, que guiam a maneira como indivíduos e grupos interpretam e interagem com a realidade da deficiência, têm efeitos concretos na vida das pessoas, criando barreiras simbólicas que limitam a expressão de desejo, afeto e prazer. Assim, compreender as representações sociais nesse contexto é fundamental para desconstruir visões cristalizadas que ainda permeiam o imaginário social e para promover práticas mais inclusivas, respeitando a pluralidade das experiências humanas.

A sexualidade, enquanto fenômeno socialmente construído, é continuamente regulada por normas culturais que definem quais corpos e práticas são considerados legítimos e aceitáveis. Nesse contexto, os corpos com deficiência são historicamente excluídos dos padrões hegemônicos de beleza, saúde e funcionalidade, sendo frequentemente associados à incapacidade afetiva e erótica (Nascimento & Figueirêdo, 2012). Essa exclusão não opera apenas em nível simbólico, mas atravessa profundamente a constituição da subjetividade, interferindo na maneira como essas pessoas se percebem como sujeitos de desejo e de direitos. A marginalização da sexualidade da pessoa com deficiência reforça narrativas de infantilização e assexualidade, que silenciam suas experiências e limitam suas possibilidades de expressão afetiva e sexual. Tal processo contribui para a construção de identidades marcadas pela negação da autonomia corporal e emocional, restringindo o acesso a vivências que são fundamentais para o desenvolvimento da autoestima, da agência e da cidadania plena. Dessa forma, a invisibilização sexual torna-se uma barreira concreta à realização dos direitos sexuais e reprodutivos, impactando diretamente a qualidade de vida e a participação social dessas pessoas.

Esta pesquisa propõe-se a investigar as representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade, tomando como base quatro estudos acadêmicos recentes que abordam essa temática sob diferentes perspectivas. O objetivo é analisar como essas representações contribuem para a manutenção de estereótipos ou para o fortalecimento da autonomia e da visibilidade das expressões de desejo e afetividade dessas pessoas. Ao iluminar essas construções sociais, busca-se colaborar para a desconstrução dos discursos excludentes e para a promoção de um olhar mais inclusivo sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, reconhecendo-as como sujeitos plenos de direitos, desejos e afetos, conforme propõe o modelo social da deficiência (Diniz, 2007; Sasaki, 2003). Essa abordagem busca, assim, oferecer subsídios teóricos e reflexivos que ampliem o debate sobre inclusão e cidadania, ressaltando a

importância de reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito de desejo, de afeto e de direitos plenos.

Análise

Para compreender de forma mais aprofundada as representações sociais sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, foram selecionados quatro artigos científicos que abordam o tema sob diferentes perspectivas — mídia, educação, saúde e construção subjetiva. A escolha dessas produções permitiu não apenas observar a diversidade de abordagens sobre a temática, mas também evidenciar como as representações sociais se articulam com discursos sociais amplos, muitas vezes estigmatizantes, sobre o corpo e a sexualidade da pessoa com deficiência.

Luiz e Nuernberg (2018) propõem uma análise crítica das representações da sexualidade de pessoas com deficiência por meio da mídia impressa, especificamente nas capas da *Revista Sentidos*. Utilizando o referencial do Modelo Social da Deficiência, os autores destacam a importância de compreender a deficiência como uma construção social e cultural, e não apenas como um problema biológico ou médico. A pesquisa analisa duas edições da revista lançadas em 2011 (números 64 e 67), nas quais o tema da sexualidade é abordado, embora de maneiras contrastantes. A edição 64 traz a sombra de dois rostos se tocando, com a chamada “Sexo: você pode e deve”, mas sem evidências visuais da deficiência, o que reforça a ideia de que o sexo ainda é um tabu quando envolve corpos fora do padrão normativo. Já a edição 67 exibe um casal de jovens com Síndrome de Down, em um abraço amoroso, com a manchete “A hora do amor”, remetendo à afetividade controlada e à infantilização, muito presente no imaginário social. Os autores defendem que tais representações, ainda que publicadas em uma revista de e para pessoas com deficiência, carregam contradições e reforçam estereótipos históricos. O estudo evidencia como o discurso da inclusão muitas vezes é atravessado por ideologias

capacitistas que negam o direito à sexualidade plena. Além disso, destaca-se o papel ambíguo da mídia, que ora contribui para a visibilidade e reconhecimento, ora perpetua discursos normativos e excludentes. O texto traz uma reflexão fundamental sobre a interseccionalidade entre deficiência, corpo, sexualidade e mídia, evidenciando como o campo visual pode funcionar como instrumento tanto de emancipação quanto de opressão.

Por sua vez, Carvalho e Silva (2020) trazem uma perspectiva mais subjetiva e experiencial sobre a temática, ao analisar os discursos de jovens universitários com deficiência física. Realizaram estudo qualitativo, com delineamento descritivo, realizado com 10 estudantes universitários com deficiência física, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, pertencentes a cursos da área de ciências humanas e sociais. Os resultados foram organizados em quatro classes temáticas principais: (1) vivência da sexualidade e participação familiar; (2) construção da identidade e direitos; (3) concepções sobre sexualidade; e (4) o corpo. As representações sociais da sexualidade dessas pessoas se dividem em duas perspectivas complementares: a subjetiva, relacionada às experiências, desejos e sentimentos individuais, e a social, relacionada às influências da família, da cultura e do olhar da sociedade sobre o corpo com deficiência. O estudo destaca a importância de se reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com deficiência como parte dos direitos humanos e alerta para a invisibilização dessa pauta tanto na sociedade quanto nos serviços de saúde. Além disso, aponta a carência de pesquisas nacionais que incluam especificamente pessoas com deficiência física, o que reforça a relevância da investigação.

Complementando essa visão, Moreira, Lima e Rezende (2016) ampliam o foco para os profissionais da saúde. A pesquisa investiga como equipes da Estratégia Saúde da Família lidam com a sexualidade no contexto do cuidado cotidiano. O estudo é qualitativo, com base na abordagem fenomenológica, e foi desenvolvido com uma equipe da ESF de uma cidade do interior de São Paulo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas

com oito profissionais de diferentes áreas (medicina, enfermagem, odontologia, psicologia e serviço social), buscando explorar suas experiências e percepções relacionadas à temática. A análise dos dados evidenciou três eixos centrais: a invisibilidade da sexualidade no serviço de saúde, a reprodução de estereótipos e o despreparo das equipes para lidar com o tema. Os autores concluem que a sexualidade das pessoas com deficiência ainda é frequentemente negligenciada, revelando a urgência da formação contínua e da construção de políticas públicas que incluam essa dimensão no cuidado integral, respeitando os princípios do SUS.

Por fim, Carvalho e Silva (2021) retomam diretamente o aporte teórico da teoria das representações sociais e propõem uma análise detalhada das falas de universitários com e sem deficiência, por meio da técnica da foto-linguagem. A pesquisa permite observar como os sujeitos projetam seus valores, crenças e afetos a partir da visualidade, ativando representações ora conservadoras, ora transformadoras. As falas dos participantes com deficiência associaram suas representações da sexualidade a experiências pessoais marcadas por preconceito social, limitações impostas por olhares externos e sentimentos de vergonha do próprio corpo. Em contrapartida, surgem também discursos de empoderamento e valorização da diversidade corporal. Já entre os participantes sem deficiência, foram observadas representações mais estigmatizadas, ligadas ao modelo médico da deficiência, mas também processos de ressignificação diante das imagens. O artigo conclui que as representações sociais da sexualidade da pessoa com deficiência ainda são fortemente atravessadas por preconceitos e mitos, sendo a desconstrução desse imaginário uma tarefa coletiva e educativa.

A partir desses quatro estudos, é possível perceber que a sexualidade da pessoa com deficiência permanece sendo um campo permeado por tensões simbólicas, sociais e afetivas. A Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Serge Moscovici, é fundamental para compreender como essas tensões são construídas, reproduzidas e, por vezes, transformadas. De acordo com a TRS, as representações sociais funcionam como formas de

saber socialmente elaboradas e compartilhadas, que orientam práticas e atitudes diante de objetos e fenômenos. Elas operam por meio de dois processos centrais: a ancoragem, que consiste em dar sentido ao novo a partir de categorias familiares, e a objetivação, que traduz o abstrato em imagens concretas.

Os estudos de Carvalho e Silva (2021) e (2020) são fortemente ancorados nessa teoria, ao explorar como os discursos de pessoas com e sem deficiência refletem e perpetuam certas imagens sociais da sexualidade e do corpo deficiente. No artigo de 2021, o uso da técnica da foto-linguagem revelou como imagens de corpos com deficiência em situações afetivas, familiares ou sensuais ativam representações diversas – ora de empatia e reconhecimento, ora de estranhamento, erotização velada ou reforço do estigma. As falas dos participantes com deficiência trazem representações mais ligadas à vivência subjetiva e à resistência frente ao preconceito: o corpo é um espaço de disputa entre a internalização de normas estéticas e o desejo de afirmação identitária. Já os participantes sem deficiência inicialmente projetam sobre os corpos com deficiência as categorias da limitação, da superação ou da dessexualização, mas, em alguns casos, demonstram processos de objetivação que indicam o início de uma ressignificação do olhar.

No artigo de 2020, que também se vale da TRS, observa-se que os universitários com deficiência física constroem representações sociais de sua sexualidade a partir de uma dupla referência: suas experiências concretas e os discursos sociais que os rodeiam. As representações emergem tensionadas entre o desejo de viver a sexualidade de maneira plena e os impedimentos impostos por olhares estigmatizantes, familiares protetores e barreiras simbólicas e estruturais. A sexualidade, nesse contexto, aparece como um espaço de resistência, mas também de vulnerabilidade social.

O artigo de Moreira, Lima e Rezende (2016), embora não utilize diretamente a TRS como referencial teórico, fornece subsídios importantes para comprehendê-la em ação. Ao

analisar as falas de profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, o estudo mostra como as representações sociais desses profissionais são marcadas pela ausência de preparo, pela naturalização da assexualidade e pela reprodução de estigmas. Isso demonstra como o conhecimento científico e técnico não é imune às representações sociais amplamente disseminadas, revelando a importância da formação crítica e da problematização de sentidos já naturalizados.

Por fim, o estudo de Luiz e Nuernberg (2018), ao investigar capas da *Revista Sentidos*, explicita o funcionamento da objetivação no campo midiático. A sexualidade da pessoa com deficiência é representada ora como invisível, ora como domesticada, ora como espetáculo – revelando que, mesmo em veículos voltados à inclusão, há ancoragens em estereótipos que ligam a deficiência à pureza, à dependência ou à exceção. A imagem midiática funciona como um espelho ambíguo: ao mesmo tempo que oferece visibilidade, recodifica a sexualidade da pessoa com deficiência a partir de moldes conservadores, evitando mostrar corpos desejantes, complexos e múltiplos.

A partir da articulação desses quatro estudos, percebe-se que as representações sociais sobre a sexualidade da pessoa com deficiência são formadas e reforçadas por diferentes instâncias simbólicas: a mídia, a família, os profissionais da saúde e os próprios sujeitos. A teoria de Moscovici permite compreender como essas representações são simultaneamente pessoais e coletivas, individuais e sociais. A ancoragem dos discursos em estereótipos como a infantilização, a limitação ou a dessexualização revela a dificuldade da sociedade em lidar com corpos que não correspondem à norma, especialmente no campo da sexualidade, que continua sendo um dos pilares mais normativos da cultura ocidental.

Contudo, os estudos também evidenciam movimentos de ruptura e resistência. As falas de pessoas com deficiência, quando empoderadas, reconfiguram o corpo como lugar de prazer, desejo e agência, desafiando os discursos dominantes. Do ponto de vista da TRS, trata-se da

emergência de novas representações sociais que competem com as tradicionais, em um processo dinâmico de reconfiguração simbólica.

Ademais, conforme desenvolve Jodelet (2001), as representações sociais não são apenas formas de pensamento, mas verdadeiras expressões práticas que circulam, se institucionalizam e orientam comportamentos, discursos e políticas. Elas estruturam a percepção coletiva da realidade e atuam como mediadoras entre o indivíduo e o social, influenciando diretamente o modo como certos corpos são autorizados — ou não — a existir como sujeitos de desejo. No caso das pessoas com deficiência, observa-se que essas representações operam historicamente sob o signo da negação: a deficiência é associada à dependência, à pureza, à infantilização e à assexualidade, marcando essas pessoas como “fora” da norma do prazer e da afetividade.

Os artigos analisados ilustram, na prática, o que Jodelet concebe como o enraizamento das representações no cotidiano: seja na mídia, nos serviços de saúde, na educação ou nas relações interpessoais, essas imagens sociais se expressam e ganham força justamente por parecerem naturais. Entretanto, como também aponta a autora, as representações não são estáticas; elas podem ser disputadas, resignificadas e reconstruídas a partir da vivência dos sujeitos. Assim, quando as pessoas com deficiência reivindicam sua sexualidade como parte de sua humanidade, elas rompem com o regime simbólico dominante, abrindo espaço para a emergência de novas representações que desafiam o imaginário coletivo excluente. Desse modo, o campo das representações sociais se revela como um espaço estratégico de transformação cultural, onde os sentidos atribuídos à sexualidade e à deficiência podem ser desconstruídos, reconstruídos e politizados.

Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as representações sociais da pessoa com deficiência no campo da sexualidade, com base na análise de quatro estudos acadêmicos

recentes. A partir dessa abordagem, foi possível identificar que as representações sobre a sexualidade da pessoa com deficiência ainda são marcadamente atravessadas por estereótipos históricos, como a infantilização, a assexualidade e a negação do desejo. Tais construções simbólicas, profundamente enraizadas no imaginário social, impactam diretamente as vivências afetivo-sexuais dessas pessoas, restringindo sua autonomia, seu direito à expressão e sua cidadania plena.

A análise evidenciou que essas representações são continuamente reforçadas por diversos espaços sociais — como a mídia, o ambiente acadêmico, os serviços de saúde e as relações familiares —, demonstrando que o silenciamento da sexualidade da pessoa com deficiência não é acidental, mas estrutural. Entretanto, os estudos também revelaram importantes movimentos de resistência e ressignificação, protagonizados pelos próprios sujeitos com deficiência. Suas vozes, experiências e práticas têm produzido fissuras no discurso dominante, permitindo o surgimento de novas representações que reconhecem esses corpos como legítimos portadores de desejo, afeto e prazer.

À luz da Teoria das Representações Sociais, especialmente nas contribuições de Moscovici e Jodelet, comprehende-se que as representações não são meras opiniões, mas formas organizadas de conhecimento social que regulam comportamentos, sustentam normas e legitimam exclusões. Contudo, como mostram os próprios autores, essas representações estão em constante disputa e transformação. Assim, o campo da sexualidade da pessoa com deficiência se apresenta como um território simbólico em disputa, onde sentidos normativos podem ser desafiados por práticas emancipatórias e por políticas públicas comprometidas com os direitos humanos.

Portanto, reconhecer a pessoa com deficiência como sujeito de desejo é reconhecer sua plena humanidade. A desconstrução das representações sociais excludentes exige não apenas o enfrentamento de mitos e estigmas, mas também o compromisso com práticas educativas,

comunicacionais e institucionais que promovam a inclusão e a justiça social. O debate sobre sexualidade e deficiência deve deixar de ser um tema periférico e passar a ocupar lugar central nas discussões sobre direitos, saúde, educação e cidadania. Somente assim será possível construir uma sociedade que respeite, valorize e acolha a diversidade dos corpos e das experiências humanas.

Referências

Arruda, A. (2002). Representações sociais e práticas discursivas: Questões teórico-metodológicas. *Temas em Psicologia*, 10(1), 11–27.

Brasil. Ministério da Saúde. (2002). *Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência*. Ministério da Saúde.

Carvalho, A. N. L., & Silva, J. P. (2018). Sexualidade das pessoas com deficiência: Uma revisão sistemática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 289–304.

Carvalho, A. N. L., & Silva, J. P. (2020). Representações sociais de universitários com deficiência física sobre a sexualidade das pessoas com deficiência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(3), 709–728. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.54343>

Carvalho, A. N. L., & Silva, J. P. (2021). Sexualidade das pessoas com deficiência física: Uma análise à luz da Teoria das Representações Sociais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27, e0198, 529–544. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0198>

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência* (2^a ed.). Brasiliense.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. LTC.

Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. EdUERJ.

Luiz, K. G., & Nuernberg, A. H. (2018). A sexualidade da pessoa com deficiência nas capas da Revista Sentidos: Inclusão ou perpetuação do estigma? *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(1), 58–65. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i1/1499>

Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 16(2), 159–176.
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/9G9Z6nYkZ8j3f7kV5L9y5zL/>

Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (4. ed.). Vozes.

Nascimento, R. M., & Figueirêdo, G. M. (2012). Sexualidade e deficiência: Uma questão de direitos humanos. *Revista Psicologia e Saúde*, 4(2), 221–229.
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/HxNtrbgt6HVf35kMcRW7qYn>

Omote, S. (2004). Sexualidade e pessoas com deficiência: Um tema a ser explorado. *Revista Educação Especial*, 17(25), 7–14.
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4086>

Organização das Nações Unidas. (2008). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Sá, C. P. (1996). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ.

Sassaki, R. K. (2003). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA.